



**Resposta à interpelação escrita apresentada pelo Sr. Deputado à
Assembleia Legislativa, Si Ka Lon**

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo e tendo em consideração os pareceres do Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) e da Direcção dos Serviços de Turismo (DST), apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado Si Ka Lon, de 11 de Dezembro de 2020, enviada a coberto do ofício n.º 1344/E966/VI/GPAL/2020 da Assembleia Legislativa, de 17 de Dezembro de 2020, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo, em 18 de Dezembro de 2020:

O Governo da RAEM tem atribuído grande importância à construção do ambiente livre de barreiras, tendo sido concretizadas várias políticas e medidas, através do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio (2016-2025), adiante designado por “Planeamento para o Próximo Decénio”.

No que se refere à construção do ambiente sem barreiras, de acordo com o calendário do Planeamento para o Próximo Decénio, em 2017, o Instituto de Acção Social (IAS), juntamente com vários serviços públicos, elaborou as “Normas arquitectónicas para a concepção de *design* universal e livre de barreiras na RAEM”, adiante designadas por “Normas”. Nesta conformidade, desde 2018, os diversos serviços do Governo da RAEM passaram não só a seguir critérios relativos ao *design* universal e livre de barreiras, contidos nas Normas, para a concepção e execução das novas obras públicas e subsidiadas, como também a reunir condições para rever



e aperfeiçoar as actuais instalações com serviço de atendimento ao público e os respectivos equipamentos, no sentido de satisfazer os padrões do *design* universal e livre de barreiras.

Após o lançamento das Normas, o Governo da RAEM tem organizado acções de formação para os trabalhadores da função pública, em matéria de “Normas arquitectónicas para a concepção de *design* universal e livre de barreiras na RAEM” e de “Conhecer e apoiar as pessoas deficientes”, por forma a otimizar a acessibilidade das instalações dos serviços, permitindo, deste modo, que as pessoas deficientes sejam atendidas e assistidas da melhor forma. Ademais, tendo em consideração a importância das opiniões dos utentes na construção do ambiente livre de barreiras, o Governo da RAEM realizou, ainda, a “Formação para a aquisição de conhecimentos para a avaliação da acessibilidade”, destinada aos representantes das associações e instituições de pessoas deficientes, com o objectivo de melhorar os seus conhecimentos profissionais sobre a matéria e, por conseguinte, poderem apresentar sugestões na perspectiva dos utentes para o melhoramento da acessibilidade dos serviços ou das instituições.

A partir de 2016, o IAM iniciou, em Macau, “obras de colocação de instalações sem barreiras nas vias públicas”. As obras abrangem: baixar o nível da parte do passeio onde se encontra a sinalização de travessia da via, pavimentar os tijolos tácteis antiderrapantes, alterar as escadas em rampas requisitadas com corrimão, reparar e nivelar os passeios, entre outras, a fim de facilitar a deslocação dos deficientes. De momento, já foram concluídas as referidas obras de optimização nas Freguesias de Nossa Senhora de



Fátima, de Santo António, de São Lázaro e de São Lourenço. O IAM irá continuar, no futuro, a levar a cabo essas tarefas, e planeia alargar, de forma apropriada, os passeios com condições para tal, com o objectivo de criar um bom ambiente pedonal.

Em articulação com o Governo da RAEM na promoção da criação de uma comunidade inclusiva e livre de barreiras, a DST encarregou uma instituição de serviço social a Cáritas de Macau para realizar o “Inquérito sobre as Instalações Turísticas sem Barreiras de Macau”, com o objectivo de avaliar o nível de acessibilidade das principais atracções turísticas, postos fronteiriços, centros de convenções e exposições, centros comerciais, estabelecimentos hoteleiros, entre outros, e de acordo com as informações disponíveis, foi lançada em 15 de Julho de 2020, uma página electrónica do “Guia de Turismo Livre de Barreiras”. O “Guia de Turismo Livre de Barreiras” abrange o nível de livre barreiras nas respectivas instalações, informações sobre o trânsito e vídeo sem barreiras, para que as pessoas com necessidades possam tomá-lo como referência aquando do planeamento da sua viagem. A DST vai actualizar e continuar a otimizar periodicamente o Guia, introduzindo, faseadamente, mais informações livres de barreiras para os deficientes auditivos e visuais, conforme o plano, incluindo a adição de mapas, informações por palavra / mensagem, círculos de linha indutiva, etc., para melhorar a aplicação e cobertura funcional do guia aos públicos-alvo.

Para além do atrás referido, ou seja, as obras nas vias públicas e o guia turístico, após o lançamento das Normas, os serviços públicos da RAEM e as instituições subsidiadas realizaram, em 2018 e 2019, um total de 8.528



trabalhos em prol da construção do ambiente sem barreiras, os quais incluíram o apetrechamento de elevadores com botões de comando com identificação tátil em alto-relevo, ecrãs luminosos e dispositivos sonoros de voz, com vista a facilitar as deslocações das pessoas portadoras de deficiência visual. Dos referidos trabalhos, registou-se ainda a instalação, em locais de atendimento ao público, não só de equipamentos auxiliares para a audição, nomeadamente o *Induction Loop System* de mesa e o *Soundfield System* para conferências, para facilitar o acesso à informação dos portadores de deficiência, mas também do sistema de alerta visual com luz intermitente contra incêndio que permite reforçar a função de alerta e, bem assim, assegurar a segurança básica dos portadores de deficiência visual e auditiva, trabalhos estes que têm sido realizados com o objectivo de otimizar e melhorar de forma contínua a acessibilidade dos existentes locais e instalações de atendimento ao público, criando assim um ambiente de serviço com *design* universal e livre de barreiras.

No que toca aos serviços relacionados com os equipamentos auxiliares, em 2019, o IAS lançou o “Plano piloto de apoio financeiro na aquisição de equipamentos auxiliares para pessoas deficientes”, destinado a atribuir apoio financeiro aos titulares do Cartão de Registo de Avaliação da Deficiência que reúnam os requisitos definidos para a situação económica de agregado familiar, no sentido de compartilhar das despesas decorrentes da aquisição de determinados equipamentos auxiliares e, bem assim, apoiá-los a melhorar a sua qualidade de vida e as suas condições para a participação social.



No âmbito da formação e sensibilização, o IAS tem organizado, de modo contínuo, a acção de formação intitulada “Conhecer e apoiar as pessoas deficientes”, tendo sido convidados os serviços governamentais e os profissionais dos equipamentos sociais para participarem na mesma, em que são apresentados, nomeadamente, os principais equipamentos auxiliares utilizados pelas pessoas deficientes, com o objectivo de aumentar os conhecimentos dos participantes sobre a matéria. Após o lançamento do “Plano piloto de apoio financeiro na aquisição de equipamentos auxiliares para pessoas deficientes”, nestes últimos anos, o IAS, em colaboração com as instituições encarregadas da sua execução, tem realizado uma gama variada de acções de promoção, nomeadamente a palestra “Juntos conhecemos os recursos disponíveis na comunidade em relação aos equipamentos auxiliares” e o “Dia da experiência com os equipamentos auxiliares”, tendo como objectivo apresentar aos trabalhadores das instituições de serviços sociais, bem como às pessoas deficientes e seus familiares, não só o conteúdo do plano de financiamento para a aquisição de equipamentos auxiliares, como também os diferentes tipos de equipamentos auxiliares, por forma a que possam aumentar os seus conhecimentos acerca do referido plano de financiamento e da utilização dos equipamentos auxiliares. A par disso, o IAS, em parceria com três instituições particulares, desenvolve o serviço de recursos de equipamentos auxiliares, no sentido de prestar apoio às pessoas com deficiência motora, auditiva e visual na aquisição e utilização dos equipamentos auxiliares, sendo também realizadas acções de sensibilização na comunidade.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社會工作局
Instituto de Acção Social

(Tradução)

Para terminar, o Governo da RAEM agradece ao Sr. Deputado Si Ka Lon pela atenção dispensada e sugestões apresentadas sobre o assunto.

Aos 13 de Janeiro de 2021.

O Presidente do IAS
Hon Wai